

OSWALDO FLÓRIO FILHO

TELETRABALHO – UMA FORMA DE FIXAR O TRABALHADOR EM
SUA CIDADE DE ORIGEM

Mestrado em Administração

CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO

São Paulo

2002

OSWALDO FLÓRIO FILHO

TELETRABALHO – UMA FORMA DE FIXAR O TRABALHADOR EM
SUA CIDADE DE ORIGEM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário Nove de Julho, como exigência para obtenção do título de Mestre em Administração, sob orientação do Prof. Dr. César Basta.

Centro Universitário Nove de Julho

São Paulo

2002

Flório Filho, Oswaldo

TELETRABALHO – Uma forma de fixar o trabalhador em sua cidade de origem /Oswaldo Flório Filho São Paulo, 2002

45p.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário 9 de Julho

Área de concentração – Administração de Empresas

Palavras Chaves: Teletrabalho, migração, tecnologia da informação

BANCA EXAMINADORA

Dr. Auri Sales Leite

Dr. Mario Aquino Alves

Dr. César Basta

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Daniel, Laura e Melina, pela paciência e compreensão nos longos períodos de ausência e fontes inesgotáveis de inspiração, amor e alegrias.

A minha esposa Alice, pela ajuda, incentivo e companheirismo nas longas horas de estudo não me deixando esmorecer jamais.

A minha mãe e falecido pai pelos longos conselhos e espelhos de dedicação e luta.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. César Basta, por sua orientação e por seu apoio, fundamental para a conclusão deste trabalho.

A todo corpo docente do Programa de Mestrado em Administração do Centro Universitário Nove de Julho pelas orientações, ensinamentos e apoio.

A minha família, porto seguro em todos os momentos, em especial a Alice que sempre me incentivou e ajudou.

A todos os meus amigos que participaram de alguma maneira para que esta dissertação fosse concluída, obrigada pela força.

A todos os profissionais que participaram e contribuíram com este trabalho.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta de fixação do trabalhador em sua cidade de origem, fundamentada no uso das tecnologias da informação e comunicação, por meio do teletrabalho. Explorando-se o poder da informação, os efeitos da migração e as estratégias adotadas para o desenvolvimento das cidades, conclui-se que a adoção do teletrabalho é um mecanismo viável e vantajoso. A argumentação está abalizada na comparação entre as diversas estratégias adotadas e a estratégia proposta. Tendo como embasamento bibliográfico os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, além de consulta aos diversos sites da Internet. Os pressupostos estabelecidos por Nilles (1999), Mendes (2000) e Silva (1999), constituíram-se o conceito e as características do teletrabalho.

ABSTRACT

This work has the objective of presenting a proposal which aim is to keep the workers in their hometown, based on information and communication technologies, by the telework. Exploring the power of information, the effects of migration, and the strategies adopted for the development of the cities, one concludes that the adoption of the telework is a feasible and advantageous mechanism. The discussion is based on the comparison among the strategies adopted and the strategy proposed. Tends as bibliographical basis from IBGE data – Institute Brazilian of Geography and Statistics, and also several sites of Internet. The studies established by Nilles (1999), Mendes (2000) and Silva (1999) constituted telework's concept and characteristics.

Sumário

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 | <i>OBJETIVO DO TRABALHO</i> | 2 |
| 1.2 | <i>HIPÓTESE.....</i> | 3 |
| 1.3 | <i>RELEVÂNCIA DO TRABALHO</i> | 3 |
| 1.4 | <i>METODOLOGIA</i> | 4 |
| 1.5 | <i>FATORES MOTIVADORES.....</i> | 4 |
| 1.6 | <i>ESTRUTURA DO TRABALHO.....</i> | 4 |
| 2 | O PODER DA INFORMAÇÃO..... | 5 |
| 2.1 | <i>O DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO.....</i> | 5 |
| 2.2 | <i>O DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES.....</i> | 6 |
| 2.3 | <i>A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</i> | 7 |
| 2.4 | <i>CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</i> | 10 |
| 3 | OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO..... | 11 |
| 3.1 | <i>MIGRAÇÕES NO BRASIL</i> | 12 |
| 3.2 | <i>VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS</i> | 16 |
| 3.3 | <i>CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....</i> | 23 |
| 4 | O TELETRABALHO | 24 |
| 4.1 | <i>O CONCEITO DO TELETRABALHO</i> | 25 |
| 4.2 | <i>ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TELETRABALHO.....</i> | 29 |
| 4.3 | <i>CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</i> | 32 |
| 5 | ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES..... | 33 |
| 5.1 | <i>ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.....</i> | 33 |
| 5.2 | <i>PÓLOS INDUSTRIAL X AGROINDUSTRIAL X TURÍSTICO X SERVIÇOS.....</i> | 36 |
| 5.3 | <i>CONCLUSÕES.....</i> | 40 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 41 |
| 1 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 44 |

Relação de Tabelas

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - MIGRAÇÕES POR REGIÕES PERÍODO 1991 - 1996 | 13 |
| TABELA 2 - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS 1991 - 1996 POR ESTADO DA REGIÃO SUDESTE | 14 |
| TABELA 3 - MOVIMENTO MIGRATÓRIO 1991 – 1996 RELACIONADO A REGIÃO SUDESTE | 15 |
| TABELA 4 - POPULAÇÃO ATIVA × POPULAÇÃO OCUPADA - 1996 | 17 |
| TABELA 5 - POPULAÇÃO ATIVA × POPULAÇÃO OCUPADA - 2000 | 17 |
| TABELA 6 - POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA 1996 E 2000 | 20 |
| TABELA 7 - ASPECTOS POSITIVOS DO TELETRABALHO | 30 |
| TABELA 8 - ASPECTOS NEGATIVOS DO TELETRABALHO | 31 |

Relação de Figuras

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - CICLO DE DESENVOLVIMENTO..... | 34 |
|--|----|

Relação de Gráficos

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - MIGRANTES RECEBIDOS DE OUTROS ESTADOS..... | 13 |
| GRÁFICO 2 - MOVIMENTO DE MIGRAÇÃO 1991-1996 POR ESTADO DA REGIÃO SUDESTE | 14 |
| GRÁFICO 3 - MOVIMENTO MIGRATÓRIO 1991 - 1996 PRINCIPAIS CIDADES RECEPTORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO | 15 |
| GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO ATIVA x OCUPADA ANÁLISE MENSAL 1996..... | 18 |
| GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO ATIVA x OCUPADA ANÁLISE MENSAL - 2000..... | 18 |
| GRÁFICO 6 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO 1991 - 2000 RIVERSUL, ALTO ALEGRE, SANTA RITA D´OESTE E SANTA CLARA D´OESTE..... | 20 |
| GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE ALTO ALEGRE POR FAIXA ETÁRIA | 21 |
| GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE RIVERSUL POR FAIXA ETÁRIA | 21 |
| GRÁFICO 9 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE STA. RITA D´OESTE POR FAIXA ETÁRIA | 22 |
| GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE STA. CLARA D´OESTE POR FAIXA ETÁRIA | 22 |

1 INTRODUÇÃO

A redução da oferta de empregos, no Brasil, tem como principais fatores: a mecanização da agricultura, a falta de uma política descentralizadora do desenvolvimento industrial e a escassez de investimentos no desenvolvimento tecnológico local. Assim, os habitantes de algumas áreas, nas quais o desemprego ocorre, podem iniciar o processo de migração em busca de novas oportunidades.

Migração, fenômeno caracterizado pelo deslocamento de pessoas de uma região geográfica para outras, é determinado, entre outros fatores, pela falta de condições sociais, culturais e de lazer com que deparam os habitantes de algumas regiões menos favorecidas.

No Brasil, a procura dos migrantes pela região Sudeste se justifica porque nesta região estão localizados os grandes centros urbanos, o que pressupõe uma maior oferta de trabalho.

No entanto, a saída dos trabalhadores de sua cidade de origem acarreta, para o município, problemas, tais como: a queda da atividade econômica, envelhecimento da população ativa, redução da atividade social, perda da capacidade de desenvolvimento tecnológico, entre outras. Esta queda da atividade econômica promove a redução da oferta de trabalho, empurrando a população ativa para os grandes centros urbanos, o que gera uma queda da atividade econômica ainda maior, formando assim um ciclo contínuo de empobrecimento da cidade.

É importante ressaltar que, se nada for feito para quebrar este ciclo, a cidade abandonada pelos migrantes estará fadada à falência e ao envelhecimento, uma vez que os jovens, por não possuírem grandes compromissos familiares, são os primeiros a partirem. A saída do jovem reduz ainda mais as atividades sociais e culturais, a capacidade produtiva e a capacidade de desenvolvimento tecnológico dessa cidade.

Um município cuja força de trabalho jovem migra para outras regiões, passa a ter uma população com faixa etária elevada e, portanto, tem suas

atividades sociais e culturais reduzidas, contribuindo, assim, para fomentar ainda mais a saída do jovem para locais cujas atividades são mais expressivas.

Com o objetivo de reverter os problemas gerados pela migração, o Governo brasileiro vem intervindo para criar mais empregos e desenvolver as cidades do interior. Esta intervenção tem sido fundamentada pela criação de pólos industriais, turísticos e agroindustriais. Contudo, considerando a era tecnológica que atravessamos, pouco se fala a respeito da transformação das cidades em pólos de serviços cuja estratégia básica consistiria na prestação de serviços à distância para outros municípios e/ou países.

Tendo em vista os diversos problemas relacionados ao fenômeno da migração e considerando as perspectivas vislumbradas pela era tecnológica que vivemos, este texto tem como foco as possibilidades de implementação do teletrabalho como forma de fixar o homem em sua cidade natal.

1.1 *Objetivo do trabalho*

O objetivo é oferecer uma nova estratégia: a transformação de cidades em centros de prestação de serviços ou pólos de serviços. Utilizando-se as tecnologias da informação e comunicação, pode-se transformar uma cidade em um pólo de serviços com baixos investimentos e sem o uso dos incentivos fiscais que geram a perda de arrecadação.

O teletrabalho, uma forma de trabalho baseada no uso dos sistemas de telecomunicações e nas tecnologias da informação, pode ser apontado como alternativa viável para o desenvolvimento da atividade econômica das cidades do interior, reduzindo a saída de sua população. Sua adoção torna possível a fixação do trabalhador em sua cidade natal, uma vez que, além do próprio trabalho, este poderia desenvolver também seus potenciais intelectuais e tecnológicos. O crescimento da cidade, alavancado pelo teletrabalho, pode melhorar as condições de vida do trabalhador, elevando suas perspectivas de crescimento pessoal, cultural e sua auto-estima.

1.2 Hipótese

Para desenvolver o estudo proposto, parte-se de duas hipóteses: a primeira assume que a implantação do teletrabalho nas cidades do interior possibilitará o seu desenvolvimento socioeconômico e resultará na retenção da mão-de-obra local, diminuindo ou eliminando o fenômeno de migração freqüentemente observado.

Acreditando na versatilidade do teletrabalho, notada a facilidade e rapidez de sua implantação, a segunda hipótese é de que este pode ser desenvolvido em qualquer cidade, desde que esta tenha acesso aos meios de telecomunicação.

1.3 Relevância do trabalho

A importância do tema reflete-se em sua contemporaneidade e nos benefícios sociais e econômicos resultantes, entre os quais:

- Melhor distribuição da população nas diversas regiões do país;
- O desenvolvimento auto-sustentável das pequenas cidades, possibilitando-lhes prestar serviços para as mais diversas empresas situadas nos grandes centros urbanos e em outros países:
- Criação de pólos de desenvolvimento tecnológico com baixos investimentos governamentais devido ao conseqüente caráter autodidata do teletrabalhador:
- Melhoria na distribuição da renda pelo país com a criação de novas oportunidades de emprego:
- Inserir o país na “Sociedade da Informação”:
- Aumentar a entrada de divisas pela exportação do trabalho para outros países.

No entanto, embora se possam vislumbrar algumas possibilidades e vantagens de aplicação do teletrabalho, poucos são os estudos realizados no

Brasil sobre o tema. Isto torna ainda mais relevante o desenvolvimento deste trabalho.

1.4 Metodologia

A metodologia empregada constitui-se na pesquisa bibliográfica em sites que discutem o teletrabalho e suas implicações, documentos oficiais do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e Portugal, documentos da União Européia e dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

1.5 Fatores motivadores

A possibilidade do trabalho a distância para sanar o problema de desemprego no interior, associado ao desenvolvimento das telecomunicações, foi um dos principais motivos desta reflexão.

1.6 Estrutura do Trabalho

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro destina-se à sua apresentação global.

No segundo capítulo, aborda-se o poder da informação e apresenta-se a Sociedade da Informação como estrutura para a melhoria do padrão de vida de seus cidadãos na geração de empregos.

No terceiro capítulo, são apresentados os efeitos e as interferências das migrações no desenvolvimento das cidades.

Conceituaremos, no quarto capítulo, o teletrabalho, apresentando seus aspectos positivos e negativos.

No quinto capítulo, exploram-se as formas de desenvolvimento aplicadas em cidades onde o problema de migração ocorre, e apresenta-se também uma comparação entre as estratégias de desenvolvimento observadas em pólos industriais, turísticos, agroindustriais e de serviços.

O sexto e último capítulo tece algumas considerações sobre o estudo realizado e apresenta algumas sugestões para trabalhos futuros.

2 O PODER DA INFORMAÇÃO

Este capítulo discorre sobre a Sociedade da Informação, com o objetivo de mostrar como o desenvolvimento tecnológico contribuiu para tornar a informação tão poderosa e capaz de alterar a ordem econômica e social do planeta.

Para melhor organizar os temas ora discutidos, dividimos o capítulo em quatro partes. Primeiro, faz-se um breve histórico do domínio da informação, ressaltando sua influência sobre as nações e os homens; a segunda parte explora o desenvolvimento das telecomunicações como meio de transmissão de dados e informações; a terceira apresenta a Sociedade da Informação e a maneira como as nações se posicionam diante deste novo cenário, e a última parte traça uma relação entre o domínio sobre a informação e os meios de telecomunicação, como a nova base para referenciar o desenvolvimento de um país.

2.1 O domínio da informação

Dominar a informação não é simplesmente a obtenção de dados isolados, mas, sim, transformá-los em algo para proveito próprio, informação. Para um agricultor, o conhecimento de que vai chover (dado) só tem valor se ele souber o que fazer com ele (processamento). Portanto, é o processamento desse dado (informação) que pode representar o início do plantio e um melhor aproveitamento das sementes.

A informação sempre foi o diferencial utilizado para sobrepujar os adversários e as classes menos favorecidas. O monopólio sobre a informação fez com que a igreja no período medieval, por exemplo, mantivesse o domínio sobre os reis e seus exércitos. No entanto, com a invenção de Gutemberg (a imprensa), em 1440, a Igreja passou a sentir-se ameaçada com a popularização da informação pelos meios de comunicação.

Os inventos de Morse e Marconi (telégrafo e rádio) contribuíram também, de forma significativa, para reduzir distâncias na informação. Com esses

inventos, qualquer pessoa, munida com um simples receptor, podia obter notícias transmitidas de outras localidades. Essas novas possibilidades de transmissão de informações logo se transformaram em armas, que foram utilizadas, por exemplo, pela “Resistência Francesa”, durante a “II Guerra Mundial”, contra o poderio alemão.

No Brasil, na ditadura de Getulio Vargas, com a constituição de 1937, e na ditadura militar de 1964 -1985, por meio do AI5 (Ato Institucional 5), ocorreu um forte controle sobre os meios de informação, sob a forma de censura, para dar sustentação ao poder.

2.2 O Desenvolvimento das Telecomunicações

Em 1957, o mundo viu o lançamento, pelos russos, do primeiro satélite artificial da Terra, uma pequena esfera metálica, de 58 centímetros de diâmetro e 83,6 quilos, com dois transmissores de rádio a bordo: o Sputnik. Este foi o primeiro passo para o domínio dos meios de comunicação no espaço. Em 1960, a NASA coloca em órbita o Echo 1A [NASA, 2001], seu primeiro satélite de comunicação, iniciando a corrida espacial e a concorrência entre comunicações via satélite.

A criação da Internet, em 1969, inicialmente denominada ARPANET [RICHARD & GIBBS, 1995], tinha como objetivo estratégico militar a criação de uma rede de computadores que mantivesse as informações fluindo ininterruptamente entre eles para, desta forma, possibilitar o domínio sobre toda e qualquer informação/comunicação, mesmo em caso de ataques à sede do complexo militar americano.

No período 1990/1991, o governo americano, por intermédio do programa Computação e Comunicação de Alta Performance (High Performance Computing and Communications - HPCC), inicia o processo que, mais tarde, envolveria governos e empresas de todo o mundo sob a insígnia de “Sociedade da Informação”. Inicialmente, o HPCC era dirigido para o desenvolvimento das tecnologias de rede de computadores, com caráter puramente acadêmico. Porém, no período de 1991/1992, a agência americana National Information

Infrastructure expandiu sua utilização, aplicando-o na solução de desafios da economia e da sociedade americana.

Até 1991, somente os Estados Unidos tinham idéia de que as tecnologias das telecomunicações seriam de valor vital para a economia. Por isso, a criação da rede mundial de computadores (Internet) pode ser considerada marco do desenvolvimento dessas tecnologias, capaz de reduzir barreiras sociais, culturais e comerciais entre os países.

2.3 A sociedade da informação

De tempos em tempos, a sociedade passa por períodos de revolução em que os valores morais, sociais e econômicos sofrem profundos ajustes. Estamos presenciando mudanças significativas com a chegada da “Revolução da Informação” a qual, desde 1946, e de maneira semelhante à “I e II Revoluções Industriais” que tiveram como ícones a máquina a vapor e a eletricidade, tem nos computadores, sua principal arma de inovação, tratando a informação com rapidez e qualidade.

Essa Revolução da Informação deu origem a novos termos e conceitos, tais como, “Sociedade da Informação”, “Tecnologia da Informação” e “Sociedade do Conhecimento”, todos fundamentados em três pilares: telecomunicações, computadores e redes de informação.

Hoje, no “contexto de informação tecnológica” em que se vive, é inegável que somente os países que aderirem a esta revolução e ingressarem na “Sociedade da Informação” poderão usufruir seus benefícios. O Conselho Europeu considerou que a *“atual revolução tecnológica na área da informação, sem precedentes na História, abre vastas possibilidades para o progresso econômico, o emprego e a qualidade de vida, representando simultaneamente um importante desafio”*. [CONSELHO EUROPEU, 1994]

Diante do cenário de desenvolvimento tecnológico observado, cada país vem tentando criar mecanismos para lidar com todas as novas possibilidades de comunicação e, assim, conseguir obter mais benefícios e desenvolvimento econômico, político e social para suas nações. Em 1999, o governo português, por exemplo, lançou um projeto conhecido como Livro Branco do

Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (1999-2006) [MCT-PT, 1999]. Este documento procura levantar as necessidades e as oportunidades do desenvolvimento científico e tecnológico para a construção de um programa de crescimento sustentado.

O Livro Branco originou o Livro Verde da Sociedade da Informação [MSI, 1997], que apresenta a importância dessa Sociedade como agente facilitador da melhoria de vida dos cidadãos, por meio da construção de um estado aberto, da inovação na formação profissional, do acesso ao conhecimento e da abertura de novas atividades econômicas, o que possibilita o aumento da oferta de emprego.

Em 15/12/1999, o Brasil lança o programa Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de possibilitar a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e tornar o país competitivo diante do mercado global, cujos resultados dos estudos desenvolvidos estão descritos no documento “Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde” [MCT-BR, 2000].

A Sociedade da Informação, cujas ferramentas são os meios de telecomunicação e a Internet, veio promover a expansão da economia de mercado aberto, rompendo as fronteiras físicas entre países. Esta nova realidade tornou-se uma vantagem, se analisarmos que a “quebra das fronteiras” pode propiciar uma fonte de diversidade e abundância de informações para todas as nações. Nesse contexto, o homem passa a transferir seu tempo de ocupação com a produção de bens de capital, característica da Sociedade Industrial, para o investimento na “produção” do conhecimento.

“A dimensão mundial das atuais plataformas de comunicação, nomeadamente a Internet, constitui uma chave que abre as portas a uma maior integração da economia mundial. Este processo trará oportunidades e desafios não só para a União Europeia como para os nossos vizinhos da Europa Central e Oriental, do Mediterrâneo e, de um modo geral, de todos os países em desenvolvimento. Simultaneamente, o baixo custo do estabelecimento de uma presença na World Wide Web dá às empresas, grandes ou pequenas, a possibilidade de alargarem o seu campo de ação à escala regional ou mundial e dá aos consumidores o benefício de uma escolha mais vasta de mercadorias e serviços.

Assim, a mundialização será um tema-chave no futuro, dado que as mudanças na Europa vão a par de uma evolução em todo o mundo”. [UNIÃO EUROPÉIA, 97]

Esta nova sociedade obrigou as empresas a munirem-se das TCIs (tecnologias da informação e comunicação) na busca de novos consumidores e na fidelização dos antigos sob os emblemas de *e-commerce*, *e-business*, *e-mail*, *e-bank* e outros *e-qualquer_coisa*, representando sua participação dentro dela. Contudo, é importante destacar que a determinação do grau de qualidade em que se encontra o país, dentro da Sociedade da Informação, é medido pelo desenvolvimento e uso dessas TCIs das quais fazem parte o hardware e o software.

A “Sociedade da Informação” trouxe consigo todo o potencial para modificar os aspectos da vida cotidiana. A educação pode, agora, ser feita a distância e de forma continuada; as compras podem ser efetuadas no comércio virtual pelos *sites* de *e-commerce*; e a leitura de jornais e livros já pode ser feita sem o uso do papel. É possível também acessar e visitar os museus via páginas da web; as empresas ultrapassaram as barreiras políticas e buscam clientes nos locais mais remotos.

No cenário econômico, países como China e Rússia, que até então tinham sua economia fechada, rendem-se a esta nova sociedade. Algumas empresas tornaram-se virtuais, não sendo mais necessário um local físico para efetuar negócios; além disso, seu valor está vinculado à tecnologia de informação que domina. As chamadas empresas “**.com**” são os verdadeiros exemplos de empresas virtuais que por meio de uma página na Internet pode realizar milhares de negócios por minuto. Nessas empresas é possível fazer compras, reservas de passagens, verificar as condições climáticas em qualquer parte do mundo e acessar uma série de outros serviços.

Se elas podem ser virtuais, uma parte de seus funcionários pode fazer suas tarefas a distância, utilizando o teletrabalho, de tal forma que trabalhadores, contratados para executarem tarefas específicas, possam estar alojados em todos os cantos do planeta, prestando serviços a uma ou várias empresas, sem que haja, necessariamente, proximidade física, pois utilizam ferramentas como e-mail, videoconferências, netmeeting, entre outras, para contatos e envio do resultado do trabalho.

Uma outra transformação ocorrida na rotina das empresas foi a possibilidade de contratar, via Internet, serviços de profissionais mais bem qualificados e pelo menor custo, resultado da disponibilidade de mão-de-obra barata na rede. Além disso, é possível encontrar a mão-de-obra desejada em qualquer lugar do mundo e com menos encargos sociais, tais como: vale-transporte, fundo de garantia, INSS, entre outros, já que não existe legislação específica sobre o assunto.

2.4 Conclusões

Este capítulo apresentou um breve histórico sobre o desenvolvimento das telecomunicações e alguns aspectos responsáveis por transformações na vida de cada cidadão, de cada empresa e de cada país. Abordou-se também a questão da informação como meio de manutenção e tomada do poder.

Diante do exposto, concluímos que dominar a informação é sinônimo de poder e se, no passado, foram considerados países desenvolvidos aqueles que detinham a tecnologia industrial, hoje, do controle sobre a informação e os meios de comunicação emerge uma nova ordem econômica e social como padrão de referência para determinar o desenvolvimento de um país e sua inclusão na Sociedade da Informação.

3 OS EFEITOS DA MIGRAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo ressaltar o significado e o conceito do termo migração, bem como justificar as formas e as razões de sua ocorrência. Serão também apresentados alguns dados sobre os números do processo de migração no Brasil, expostos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os temas a serem apresentados estão dispostos em três partes. A primeira apresenta as migrações no Brasil, mostrando, por meio de números, o deslocamento do migrante para regiões mais desenvolvidas. A segunda parte apresenta as vantagens e desvantagens dos movimentos migratórios. A conclusão do capítulo, na terceira parte, apresenta os motivos por que este trabalho enfatiza a necessidade de fixação do trabalhador em sua cidade de origem.

De acordo com o dicionário Houaiss

Migração: s.f. - movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida [Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.]

O senso comum estabelece que o fenômeno da migração está relacionado ao movimento da população sobre um espaço e que este deslocamento ocorre devido a alterações que impulsionam a população ao movimento. Estas alterações podem ser de caráter natural ou socioeconômico. As de caráter natural estão, em geral, vinculadas aos fenômenos da natureza tais como: seca, terremotos, inundações, etc., enquanto as de caráter socioeconômico relacionam-se diretamente às políticas de desenvolvimento rural e urbano – mecanização da agricultura, instalação de indústrias, automação industrial etc.

É interessante notar que o fenômeno da migração não é característico somente do mundo contemporâneo. Seja no relato clássico da bíblia que se refere ao Êxodo: a passagem dos judeus para o Egito e posteriormente sua

fuga, ou na idade média, onde é possível registrar o movimento de migração dos camponeses para os grandes centros comerciais à procura de refúgio e melhores condições de vida.

Bem mais tarde, durante a revolução industrial, os artesãos foram em busca de melhores condições de trabalho oferecidas nas cidades que possuíam indústrias. Na época das grandes guerras, observou-se o aumento da migração para países que não estavam ligados diretamente ao conflito, em busca de refúgio.

Se, de um lado, é notória a capacidade que o homem tem de domar as forças da natureza, de outro, sabe-se que suas tentativas são extremamente frágeis no que concerne às suas relações socioeconômicas. Esta dificuldade sugere que a saída do trabalhador de sua cidade natal, em busca de oportunidades de emprego para sobreviver, parece ser um provável indicador da necessidade de remodelação ou da modernização da infra-estrutura dessas cidades. Porém, antes de apresentarmos propostas de remodelação do “status quo”, descreveremos o movimento migratório no Brasil.

3.1 Migrações no Brasil

Como fonte para os estudos sobre migração, utilizou-se o banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados levantados baseiam-se nos censos de 1991 e 2000 e na contagem da população de 1996. Nem todos os dados do censo de 2000 foram compilados, porém aqueles que estão disponíveis foram utilizados como referência.

A tabela 1 apresenta o total de pessoas que migraram no período de 1991 a 1996, separadas por região de chegada. A coluna *Provenientes de outros Estados* refere-se à porção da população que migrou para a região, em estudo, vinda de outros Estados, e a coluna, *Dentro do mesmo Estado* apresenta os valores das migrações internas da região.

Percebe-se, na análise dos dados da tabela 1, que os movimentos migratórios concentram-se na procura pela região sudeste e representam 43% de todo o fluxo migratório do país, seguida pela região Nordeste, com 17%. A preferência pela região Sudeste sugere a busca de novas oportunidades de

emprego, uma vez que lá se localiza a maior concentração de indústrias do país.

Tabela 1 - Migrações por regiões, período 1991 - 1996

| Brasil e Região Geográfica | Provenientes de outros Estados | Dentro do mesmo Estado | Totais |
|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| Brasil | 4.091.804 | 6.726.748 | 10.818.552 |
| Norte | 444.094 | 486.118 | 930.212 |
| Nordeste | 703.914 | 1.533.531 | 2.237.445 |
| Sudeste | 1.772.200 | 2.787.839 | 4.560.039 |
| Sul | 478.325 | 1.396.781 | 1.875.106 |
| Centro-Oeste | 693.271 | 522.479 | 1.215.750 |

Fonte: IBGE - Contagem da População

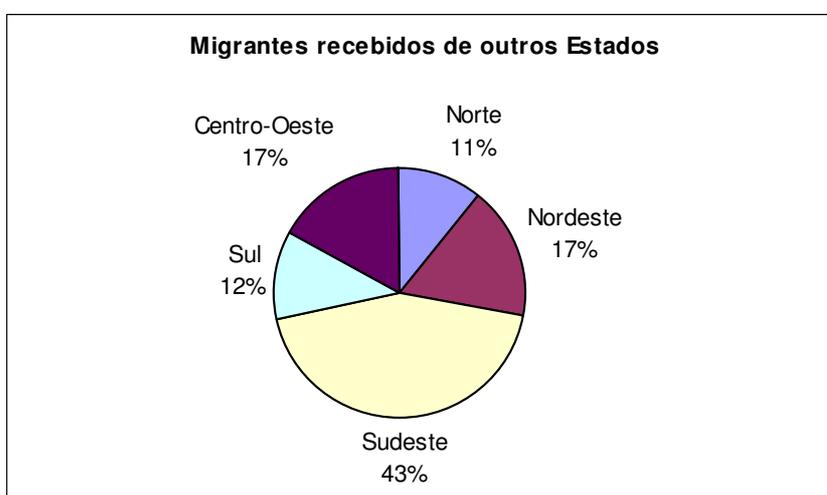


Gráfico 1 – Migrantes recebidos de outros estados

O gráfico 1 mostra que a região Sudeste foi a que mais recebeu migrantes de outros estados.

A tabela 2, a seguir, apresenta os resultados das migrações por Estado da região Sudeste, em que é possível notar que 50% da população proveniente de outras regiões buscam o Estado de São Paulo, reconhecidamente o maior pólo industrial do país. O gráfico 2 traduz, de forma visual, a participação percentual de cada Estado na recepção dos migrantes de fora da região.

Tabela 2 - Movimentos Migratórios (1991 – 1996) por Estado da Região Sudeste

| Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação. | Origem do movimento migratório | |
|---|--------------------------------|----------------------------|
| | Outra unidade da federação | Mesma unidade da federação |
| Brasil | 4.091.804 | 6.726.748 |
| Sudeste | 1.772.200 | 2.787.839 |
| Minas Gerais | 315.468 | 732.108 |
| Espírito Santo | 116.499 | 142.366 |
| Rio de Janeiro | 200.593 | 334.353 |
| São Paulo | 1.139.640 | 1.579.012 |

Fonte: IBGE - Contagem da População

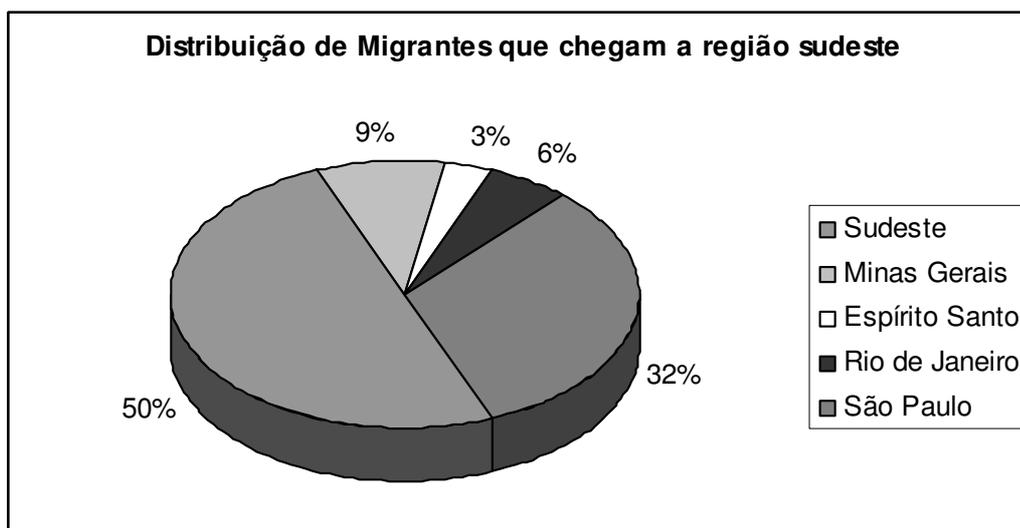


Gráfico 2 - Movimento de Migração (1991-1996) por Estado da Região Sudeste

A tabela 3, a seguir, apresenta as principais cidades do Estado de São Paulo que mais hospedaram os migrantes. Somente a cidade de São Paulo acolheu 32% de toda a população vinda de outros Estados, seguida de Guarulhos, com 5%, Campinas, com 3%, e São Bernardo do Campo, com 2%.

Tabela 3 – Movimento migratório (1991 – 1996) relacionado a região sudeste

| Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município. | Origem do movimento migratório | |
|--|--------------------------------|------------------|
| | Outros Estados | Dentro do Estado |
| Brasil | 4.091.804 | 6.726.748 |
| Sudeste | 1.772.200 | 2.787.839 |
| São Paulo | 1.139.640 | 1.579.012 |
| Campinas – SP | 38.617 | 35.201 |
| Guarulhos – SP | 54.940 | 67.751 |
| São Bernardo do Campo – SP | 27.703 | 37.235 |
| São Paulo – SP | 368.621 | 78.437 |

Fonte: IBGE - Contagem da População

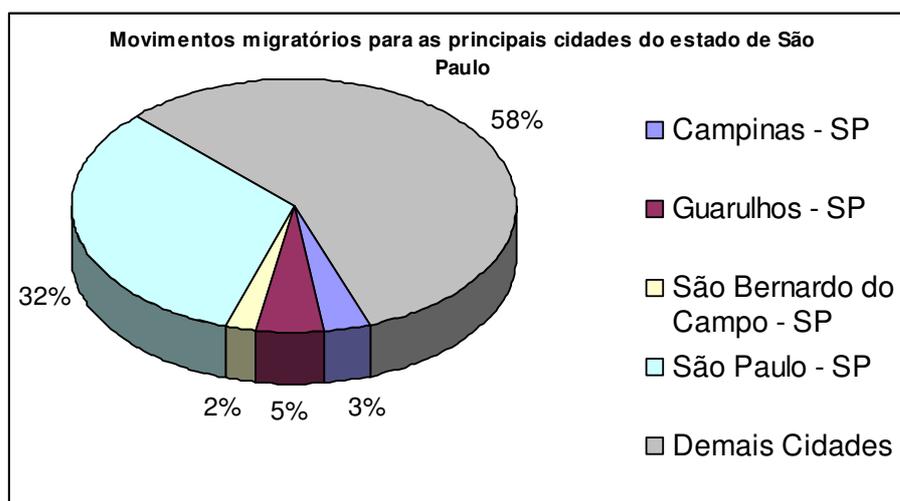


Gráfico 3 - Movimento Migratório (1991 – 1996) principais cidades receptoras do Estado de São Paulo

Uma análise geral dos dados até aqui levantados reforça o conceito de que os movimentos populacionais buscam as áreas mais desenvolvidas economicamente. Este fato é comprovado pela observação do número de migrantes que sai de seus Estados de origem e dirige-se para a região Sudeste do país, preferindo o Estado de São Paulo, nomeadamente sua capital.

3.2 Vantagens e desvantagens dos movimentos migratórios

A migração, em geral, traz consigo vantagens imediatas para as cidades ou países procurados, tais como: disponibilidade de mão-de-obra, enriquecimento devido à geração de impostos, movimentação da economia local e conseqüente desenvolvimento tecnológico.

Entretanto, o aumento desenfreado da migração gera problemas de ordem social, seja pelo agrupamento da população, na periferia, em residências sem saneamento básico (água e esgoto) e em condições precárias (favelas), ou pela falta de escolas. Todos esses fatores contribuem para o aumento da exclusão profissional e social, ou ainda, para o agravamento do quadro de desemprego e o aumento da criminalidade.

As tabelas 4 e 5, seguintes, apresentam a quantidade da população ativa e a quantidade da população ocupada, nos anos de 1996 e 2000, respectivamente. Foram consideradas as áreas metropolitanas das capitais dos Estados da região Sudeste (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) que mais receberam migrantes e, como população ativa, os residentes maiores de 15 anos.

Com os dados das tabelas 4 e 5, levantou-se o percentual da população ativa que estava ocupada, mês a mês, nos dois períodos. Os resultados foram colocados nos gráficos 4 e 5 de forma a ilustrar os efeitos do desemprego originado pelo aumento da população. Pela análise dos gráficos nota-se que a região metropolitana de São Paulo apresenta os menores índices de ocupação em 1996, o que determina os maiores índices de desemprego com relação às outras capitais da região. Já em 2000 há uma recuperação com relação a Belo Horizonte entretanto observa-se um crescimento, proporcional, dos índices de desemprego em São Paulo, quando se comparam os dois períodos. Outro dado importante a ser observado é a percentagem de ocupação da população do Rio de Janeiro que cresce durante o período do verão e decresce no período de inverno.

Tabela 4 - População Ativa x População Ocupada - 1996

| Idade 15 anos ou mais | | | | | | |
|-----------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| Região Metropolitana | Belo Horizonte | | Rio de Janeiro | | São Paulo | |
| Mês | População Economicamente ativa | População ocupada | População Economicamente ativa | População ocupada | População Economicamente ativa | População ocupada |
| jan/96 | 1.585.564 | 1.519.226 | 4.263.907 | 4.114.340 | 7.435.689 | 6.968.253 |
| fev/96 | 1.575.262 | 1.505.963 | 4.243.445 | 4.102.049 | 7.465.706 | 6.939.995 |
| mar/96 | 1.616.637 | 1.530.571 | 4.315.071 | 4.126.718 | 7.553.899 | 6.975.922 |
| abr/96 | 1.629.311 | 1.554.141 | 4.343.321 | 4.156.623 | 7.590.041 | 7.051.578 |
| mai/96 | 1.644.933 | 1.560.643 | 4.373.978 | 4.208.942 | 7.596.985 | 7.066.613 |
| jun/96 | 1.670.286 | 1.582.607 | 4.362.006 | 4.199.605 | 7.608.401 | 7.061.297 |
| jul/96 | 1.662.379 | 1.576.144 | 4.324.412 | 4.152.260 | 7.596.579 | 7.118.527 |
| ago/96 | 1.655.816 | 1.576.316 | 4.327.179 | 4.166.955 | 7.685.216 | 7.226.946 |
| set/96 | 1.671.693 | 1.598.344 | 4.387.259 | 4.231.046 | 7.754.648 | 7.309.244 |
| out/96 | 1.678.028 | 1.600.173 | 4.427.753 | 4.279.201 | 7.736.605 | 7.278.463 |
| nov/96 | 1.672.387 | 1.612.969 | 4.423.207 | 4.274.790 | 7.678.082 | 7.278.937 |
| dez/96 | 1.642.542 | 1.574.172 | 4.313.894 | 4.188.785 | 7.538.291 | 7.231.929 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

Tabela 5 - População Ativa x População Ocupada - 2000

| Idade 15 anos ou mais | | | | | | |
|-----------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| Região Metropolitana | Belo Horizonte | | Rio de Janeiro | | São Paulo | |
| Mês | População Economicamente ativa | População ocupada | População Economicamente ativa | População ocupada | População Economicamente ativa | População ocupada |
| jan/00 | 1.796.382 | 1.645.740 | 4.403.651 | 4.156.321 | 7.831.827 | 7.189.131 |
| fev/00 | 1.812.490 | 1.651.780 | 4.390.906 | 4.142.703 | 7.963.477 | 7.258.092 |
| mar/00 | 1.859.229 | 1.689.157 | 4.410.077 | 4.134.175 | 7.998.891 | 7.346.760 |
| abr/00 | 1.871.778 | 1.708.707 | 4.450.856 | 4.178.053 | 8.166.494 | 7.509.898 |
| mai/00 | 1.890.219 | 1.739.655 | 4.522.872 | 4.255.502 | 8.190.044 | 7.503.106 |
| jun/00 | 1.885.915 | 1.739.187 | 4.495.006 | 4.248.113 | 8.139.606 | 7.501.103 |
| jul/00 | 1.875.038 | 1.732.805 | 4.566.963 | 4.318.200 | 7.995.749 | 7.394.166 |
| ago/00 | 1.900.669 | 1.753.975 | 4.566.371 | 4.321.308 | 8.088.401 | 7.477.975 |
| set/00 | 1.901.059 | 1.762.945 | 4.576.641 | 4.362.918 | 8.067.092 | 7.507.292 |
| out/00 | 1.907.227 | 1.775.471 | 4.532.694 | 4.320.548 | 8.108.995 | 7.528.944 |
| nov/00 | 1.878.103 | 1.745.164 | 4.508.998 | 4.308.562 | 8.050.320 | 7.551.154 |
| dez/00 | 1.854.749 | 1.744.766 | 4.415.711 | 4.269.194 | 7.960.192 | 7.593.728 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

% da população ativa ocupada por mês - 1996

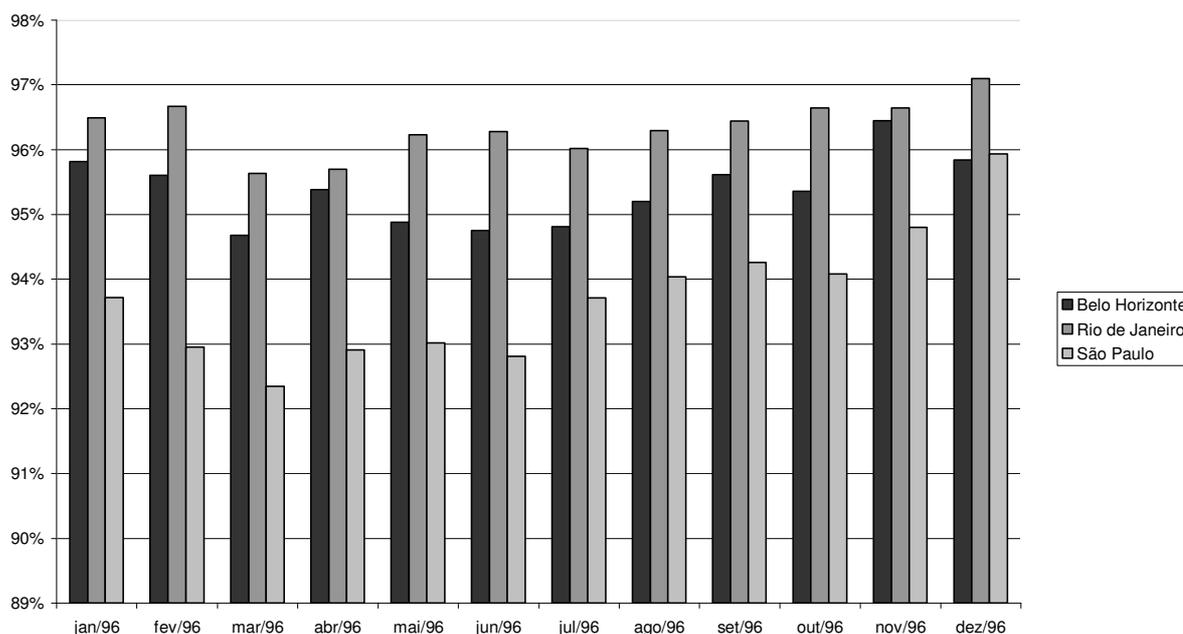


Gráfico 4 - População ativa x ocupada, análise mensal - 2000

% da população ativa x ocupada por mês - 2000

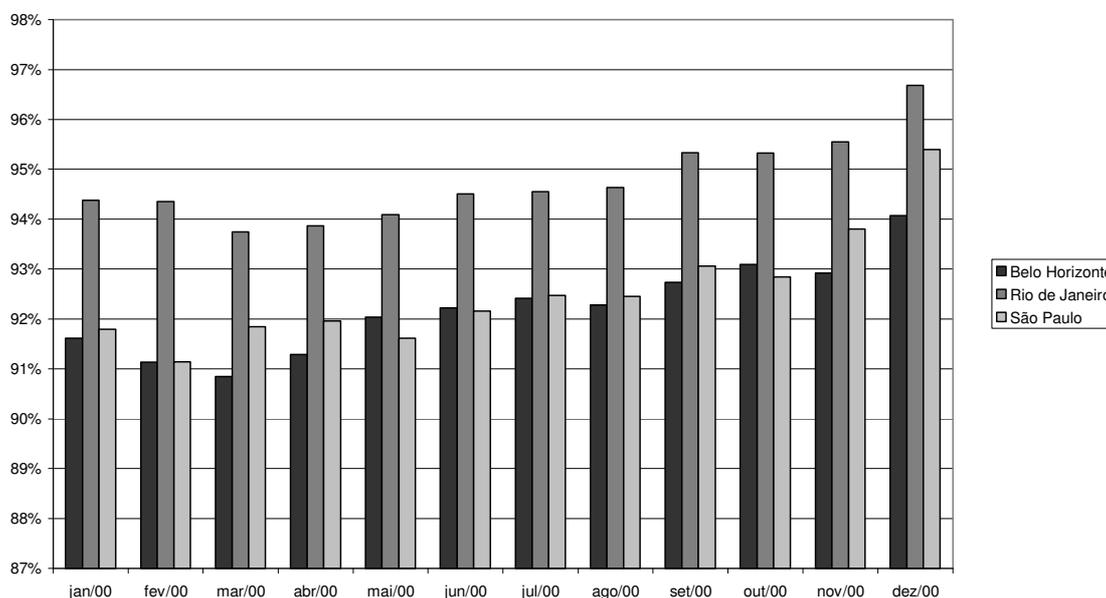


Gráfico 5 - População ativa x ocupada, análise mensal - 2000

De acordo com os dados apresentados, se São Paulo é a cidade que mais recebe migrantes e a que possui os maiores índices de desemprego, pode-se acreditar que pelo menos uma parte deste desemprego seja gerado pelo processo migratório.

Por outro lado, as cidades que perdem sua população também sofrem com os movimentos migratórios, pois, num primeiro momento, as pessoas que migram são as potencialmente ativas, o que traz, conseqüentemente, a perda da mão-de-obra local. Estas pessoas são, em geral, os jovens que, por não terem filhos, aventuram-se a buscar novas oportunidades nos centros urbanos mais próximos.

A saída dos jovens e, por conseguinte, a cessão de mão de obra acarreta os seguintes problemas:

- o envelhecimento precoce da população, originando maiores gastos com saúde,
- a redução da atividade econômica, implicando na baixa arrecadação de impostos
- a queda do desenvolvimento tecnológico, retardando a qualificação da população local.

Estes aspectos podem ser observados em cidades como Alto Alegre, Riversul, Santa Clara d'Oeste e Santa Rita d'Oeste, que, segundo dados do IBGE de 2000, apresentam uma taxa média de crescimento populacional anual negativa: -1,30, -2,96, -1,80 e -2,85, respectivamente.

O gráfico 6 apresenta as curvas de decréscimo populacional das cidades em questão, no período de 1991 a 2000. A análise do gráfico ressalta a continuidade da perda de população no período levantado, indicando a possibilidade de sua extinção. Outro ponto importante a observar é o fato de que Riversul é a cidade mais populosa, seguida de Alto Alegre; no entanto a primeira apresenta o maior índice de evasão populacional, enquanto que a segunda, o menor índice indicando dessa forma, que as taxas de decréscimo populacional não estão relacionadas diretamente ao tamanho da cidade.

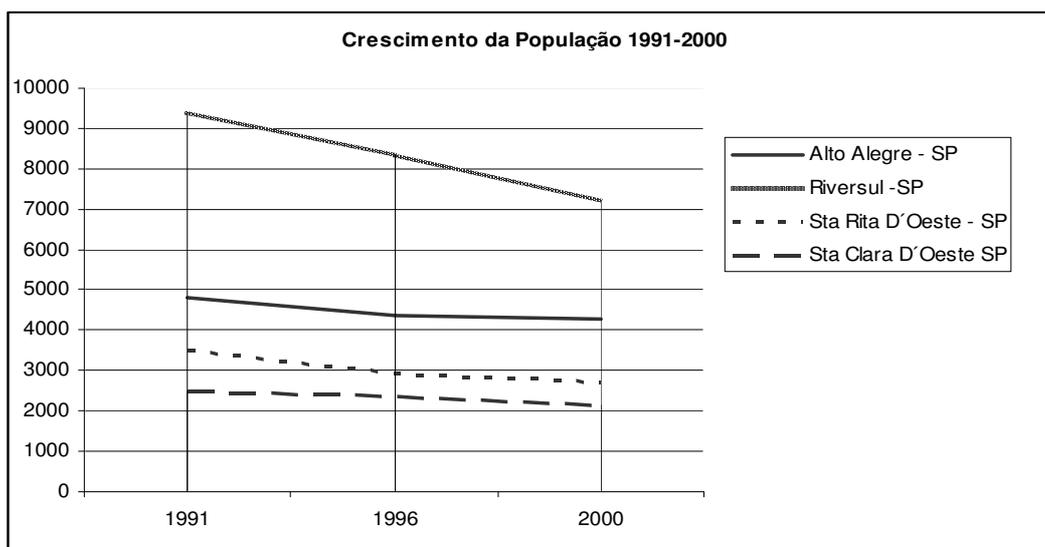


Gráfico 6 - Crescimento da População (1991 – 2000) Riversul, Alto Alegre, Santa Rita d'Oeste e Santa Clara d'Oeste

A tabela 6 apresenta os dados do IBGE do perfil da população, por faixa etária, das cidades em estudo, nos levantamentos de 1996 e 2000.

Tabela 6 - População por faixa etária – 1996 e 2000

| Município | Alto Alegre - SP | | Riversul - SP | | Sta Rita D'Oeste – SP | | Sta Clara D'Oeste - SP | |
|------------------|------------------|------|---------------|------|-----------------------|------|------------------------|------|
| | 1996 | 2000 | 1996 | 2000 | 1996 | 2000 | 1996 | 2000 |
| Faixa etária | | | | | | | | |
| 0 - 4 anos | 312 | 259 | 856 | 613 | 195 | 139 | 179 | 159 |
| 5 - 9 anos | 353 | 328 | 909 | 744 | 250 | 210 | 233 | 172 |
| 10 - 14 anos | 389 | 383 | 1001 | 748 | 257 | 236 | 221 | 210 |
| 15 - 19 anos | 410 | 373 | 842 | 788 | 283 | 239 | 233 | 179 |
| 20 - 24 anos | 327 | 316 | 678 | 583 | 194 | 182 | 204 | 170 |
| 25 - 29 anos | 296 | 286 | 552 | 487 | 192 | 145 | 197 | 143 |
| 30 - 34 anos | 368 | 290 | 612 | 433 | 219 | 187 | 188 | 149 |
| 35 - 39 anos | 310 | 353 | 554 | 488 | 228 | 184 | 172 | 152 |
| 40 - 44 anos | 277 | 287 | 456 | 452 | 197 | 216 | 123 | 146 |
| 45 - 49 anos | 256 | 261 | 374 | 386 | 184 | 190 | 122 | 122 |
| 50 - 54 anos | 263 | 243 | 319 | 290 | 170 | 180 | 97 | 106 |
| 55 - 59 anos | 232 | 239 | 327 | 292 | 143 | 155 | 121 | 89 |
| 60 - 64 anos | 181 | 209 | 312 | 297 | 143 | 130 | 85 | 122 |
| 65 - 69 anos | 169 | 145 | 221 | 235 | 110 | 124 | 62 | 76 |
| 70 - 74 anos | 106 | 151 | 130 | 152 | 66 | 89 | 36 | 57 |
| acima de 75 anos | 133 | 138 | 191 | 204 | 79 | 89 | 81 | 71 |

Fonte: IBGE contagem da população – 1996 e censo 2000

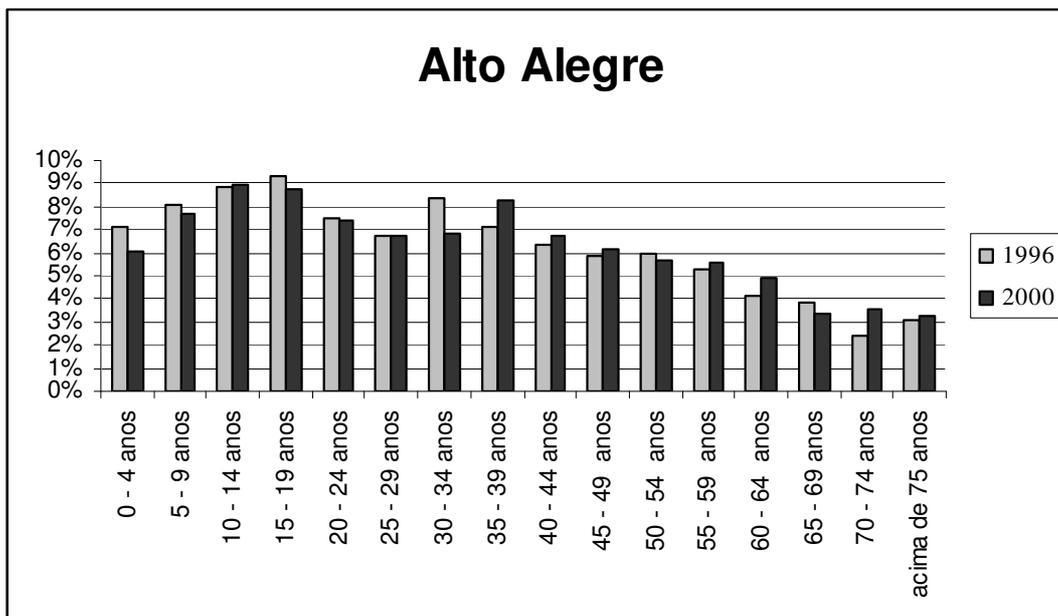


Gráfico 7 - Percentual da população de Alto Alegre por faixa etária

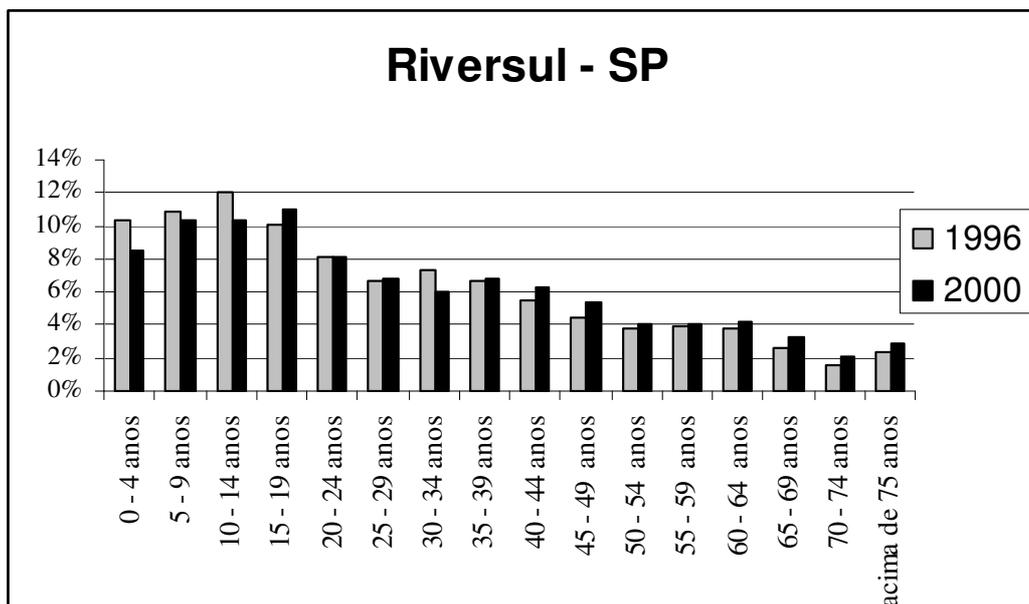


Gráfico 8 - Percentual da população de Riversul por faixa etária

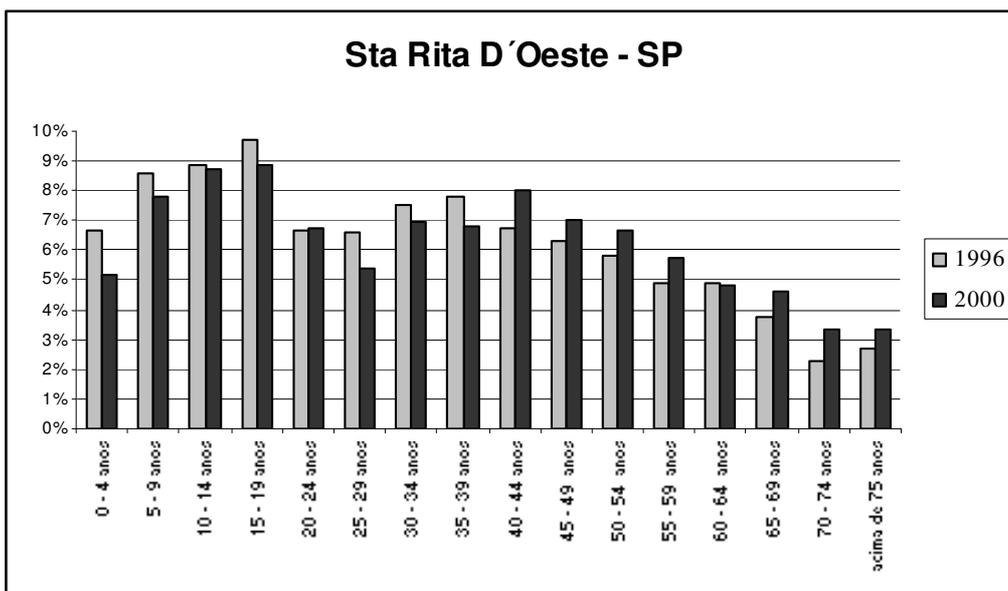


Gráfico 9 - Percentual da população de Sta. Rita d'Oeste por faixa etária

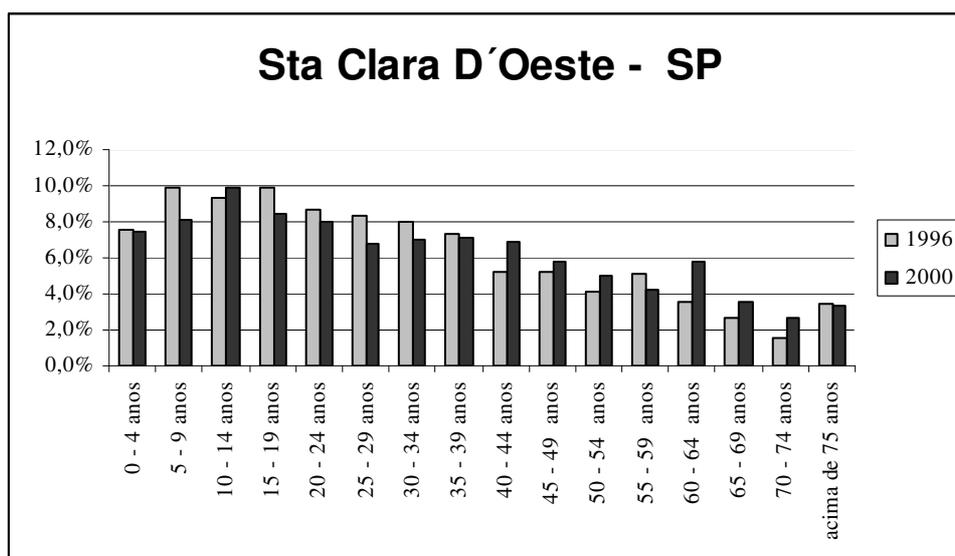


Gráfico 10 - Percentual da população de Sta. Clara d'Oeste por faixa etária

Os gráficos 7, 8, 9 e 10 foram compostos, considerando-se a participação de cada faixa etária da população, em relação ao total da população no ano de referência.

Nesses gráficos, pode-se notar, em comum, a ocorrência do decréscimo da população na faixa de 25 a 39 anos, mesmo se considerarmos a defasagem de 4 anos entre os levantamentos. Além disso, percebe-se também um

aumento da participação de residentes na faixa etária acima de 60 anos, no levantamento de 2000.

Com exceção a Santa Clara d'Oeste, os dados apontam que a participação da população, na faixa etária de 0 a 4 anos, é menor no levantamento de 2000 do que em 1996, o que representa uma redução futura na força de trabalho com repercussão na economia.

Assim, diante dos dados apresentados, não é difícil perceber que a saída da população ativa da cidade promove o seu envelhecimento.

3.3 Conclusão do capítulo

Após a análise dos dados apresentados, percebe-se que o fenômeno de migração resulta em muito mais desvantagens do que vantagens no que se refere às regiões menos favorecidas. É relevante enfatizar que os problemas sociais apresentados geram outros de ordem econômica, cultural e política, nas cidades que cedem sua população.

Uma cidade cuja população, em sua maioria, é composta de pessoas com mais de 55 anos, exige de seus governantes mais gastos com a saúde. Por outro lado, a que hospeda muitos migrantes exige a intervenção nas estruturas de empregos, saúde e saneamento básico. Ambas exigem recursos da União, seja para compensar a perda da força de trabalho e, conseqüentemente, a perda do poder econômico, no caso da primeira, ou para repor as despesas com o excedente de força de trabalho, no caso da segunda.

Entendendo que o fenômeno migratório apresenta, como já exposto, o desequilíbrio na infra-estrutura das cidades, acredita-se que a solução para os problemas aqui levantados passa por um ponto comum: a necessidade de fixar o cidadão em sua cidade natal.

4 O TELETRABALHO

“No final dos anos 60, trabalhava numa empresa de construção de naves espaciais para a NASA e, ao mesmo tempo, pensava se já seria possível aplicar algumas dessas tecnologias no próprio mundo. Conversei sobre isso com algumas pessoas da área e uma delas perguntou-me: se vocês conseguem pôr um homem na lua, porque não fazem qualquer coisa para resolver os problemas de tráfego aqui na terra? De fato, vivemos aqui metidos em engarrafamentos às horas de ponta, porque as pessoas vão e vêm do trabalho à mesma hora, acontecendo que a maior parte delas vão para as empresas, para depois tratarem dos assuntos de trabalho através do telefone. Então porque não telefonar antes a partir de casa, em vez de contribuir para criar todo esse tráfego? Esta foi a idéia básica”

Jack Nilles-1997 - *Entrevista para a Telepac em Notícias*

O objetivo deste capítulo é conduzir uma discussão sobre o conceito de teletrabalho e sua implementação. Serão apresentadas também algumas modalidades desse tipo de trabalho, além de suas vantagens e desvantagens para a sociedade, empresas e trabalhadores.

Para tanto, organizamos a exploração do assunto em partes. Na primeira, o conceito de teletrabalho será exposto e fundamentado na análise de estudiosos, tais como: NILLES(1999), MENDES (1997) e SILVA (2000). A segunda é destinada à apresentação dos aspectos positivos e negativos para a implementação e desenvolvimento do teletrabalho, cujo conhecimento pode nortear as estratégias para sua implantação, possibilitando a intervenção necessária no surgimento dos problemas e a exploração adequada de suas qualidades.

Na conclusão do capítulo, terceira parte, mostraremos que, embora as condições de implantação do teletrabalho pareçam árduas, podem, se amadurecidas, convergir para a oficialização de uma modalidade de trabalho que servirá de alavanca a uma nova fonte de renda, não só para os cidadãos

em busca de oportunidades, mas também para toda a rede econômica nacional.

4.1 O Conceito do Teletrabalho

O teletrabalho começou a ser estudado no início da década de 70, por Jack Nilles, e essa idéia se alastrou pela Europa e América do Norte [RODRIGUES, 1996].

O evento das olimpíadas de Los Angeles, em 1984, foi um dos alvos de estudo de Nilles, que recomendou, como solução para o aumento do tráfego gerado pela afluência de turistas, o uso da telecomunicação e a troca de alguns horários de trabalho (*“My recommendation was to do two things: change some working hours and start telecommuting.”*). Essas medidas eram justificadas pelo fato de que a maioria dos trabalhadores de Los Angeles realizava suas tarefas com o uso do telefone e o computador, não necessitando estar fisicamente no escritório da empresa [NILLES, 1999].

As idéias de Nilles despertaram o interesse da Comissão de Energia da Califórnia, que encomendou um estudo com o objetivo inicial de verificar o impacto desta modalidade de trabalho sobre o consumo de energia na Califórnia. Deste estudo resultou um projeto piloto, com início em meados de 1987 [Jala, 2000], para o qual o primeiro grupo de teletrabalhadores recebeu seu treinamento no período de janeiro a maio de 1988.

A partir desse período, alguns especialistas começaram a conceituar o Teletrabalho; no entanto, estes conceitos foram se tornando mais abrangentes com o surgimento de diferentes tipos de trabalho realizáveis a distância.

Nilles o define como: *“levar o trabalho aos trabalhadores, em vez de levar estes ao trabalho; atividade periódica fora do escritório central, um ou mais dias por semana, seja em casa ou em um centro de teleserviço”*. [NILLES, 1997].

Em seu texto *“Teletrabalho e suas Implicações”*, Mendes, por sua vez, afirma que *“existem diversas definições, nem todas consensuais, que em última análise refletem uma multiplicidade de práticas que tem um denominador comum: trata-se de fazer chegar o trabalho onde está o trabalhador em vez de*

este se deslocar para onde está o trabalho, decorrendo este processo, geralmente, com recurso a uma linha telefônica, um modem e um computador, num formato que se considera o mínimo para executar teletrabalho”[MENDES, 1999].

Já Mello aborda o termo telecommuting de maneira mais ampla, com a seguinte posição: *“Define-se como Telecommuting, a alternativa de trabalho flexível, quanto ao local onde os empregados passam a realizar suas atividades profissionais, antes exercidas nos escritórios ou até mesmo no chão de fábrica, e em locais diversos tais como residências ou áreas intermediárias entre a casa e a empresa (escritórios virtuais)”* [MELLO, 2000].

Em seu trabalho "A difusão do teletrabalho no processo de reestruturação produtiva: uma *discussão teórica*", Silva reflete sobre o assunto: *"... os termos 'telework' e 'telecommuting' definidos respectivamente como 'toda forma de substituição das viagens de trabalho através do uso da tecnologia de informação' e como 'a parte do telework ligada ao problema da transferência física para e da sede central da empresa' "*[SILVA, 2000].

Apesar das diferentes definições apontadas, percebe-se um consenso em relação à sua natureza espacial. Assim, ousamos conceituar o teletrabalho como segue:

"Teletrabalho é qualquer forma de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, cujo trabalhador utiliza os recursos de telecomunicações para efetuar ou enviar o seu trabalho com a necessidade, ou não, de visitas esporádicas a sede da empresa".

Se uma modalidade de serviço não depende intrinsecamente da localização do trabalhador, então é possível executá-lo com o sistema de teletrabalho.

Torna-se necessário ressaltar que os termos estrangeiros para teletrabalho – telecomutação, telework e telecommuting –, apesar de parecerem muito próximos em sua tradução, muitas vezes se confundem nos vários textos acessíveis na Internet.

Para Gordon, por exemplo, os termos telework e telecommuting possuem diferenças mínimas. O telework é mais utilizado na Europa e em alguns outros países, e o telecommuting, nos EUA. Algumas pessoas preferem a palavra telework porque é mais precisa na descrição do conceito - o prefixo tele representa distância, work se traduz por trabalho, então telework significa trabalho a distância. Os defensores de telework também acreditam que "telecommuting" tenha uma forte conotação sobre o aspecto comutando, e que "telework" seja uma condição mais ampla. [Gordon, 2000].

O desenvolvimento das tecnologias da informação por meio de novas tecnologias de redes de computadores, de novos softwares de comunicação e da Internet de alta velocidade (banda larga), entre outros, tem trazido consigo novas formas de teletrabalho. No sentido inverso, a implantação do teletrabalho tem alimentado inovações nos setores eletroeletrônicos e de telecomunicações, tais como: fax, palmtop, notebook e o sistema voz sobre IP (Internet Protocol – Protocolo da Internet).

O teletrabalho, de acordo com a localidade em que é executado, pode ser classificado como:

- **Teletrabalho em casa:** o trabalho é desenvolvido na residência do teletrabalhador. Exceções são feitas, ocasionalmente, quando há necessidade de um contato direto com o empregador. Em geral, esse contato é estabelecido por meio de uma conexão remota. Este é o tipo de teletrabalho mais conhecido e adotado, devido à facilidade de aproveitamento dos recursos – previamente existentes – do empregado. As empresas, por sua vez, procuram este tipo de teletrabalho porque podem implantá-lo rapidamente, com baixo investimento e de maneira parcial, em um primeiro momento. Em geral, é utilizado pelos trabalhadores autônomos (escritores, jornalistas, designers) e por aqueles que não têm uma associação direta com o escritório da empresa (vendedores, pesquisadores, representantes comerciais).
- **Telecentros Comunitários:** são edifícios, localizados em áreas residenciais ou rurais, equipados com todos os recursos de

informática e telecomunicações. Os teletrabalhadores se deslocam até lá para executar suas tarefas como em um escritório da empresa, apesar de este não pertencer a ela. Seu uso pode ser feito esporadicamente ou de forma permanente pelo teletrabalhador. A adoção de *Telecentros Comunitários* reduz o isolamento do teletrabalhador com relação a seu convívio profissional, impõe a necessidade da saída de sua residência, além de propiciar um melhor gerenciamento das tarefas pendentes e minimizar uma possível propensão à baixa auto-estima. Os telecentros comunitários são utilizados por profissionais liberais que necessitam de um local apropriado para a execução de suas tarefas e não o tem em suas residências.

- **Telecentros Satélites:** Trata-se de instalações dotadas de recursos específicos para execução de uma determinada tarefa. Em geral, pertencem a uma determinada empresa contratadora como extensão e ficam localizados nas áreas residenciais e rurais. São posicionados em locais de fácil acesso e nas proximidades das residências dos teletrabalhadores. Seu objetivo principal é a redução dos deslocamentos dos trabalhadores, eliminando problemas de atrasos e estresse causado pelo trânsito. São utilizados, principalmente, em atividades de telemarketing, desenvolvimentos de softwares, processamento de textos, traduções, etc.
- **Teletrabalho Móvel:** é utilizado pelo trabalhador que se encontra em constante deslocamento e aproveita os recursos desenvolvidos na área de tecnologia de comunicação e informação, como subsidio principal para a execução de suas tarefas e auxilio no contato com clientes e empregadores, em qualquer local que esteja. Os equipamentos mais utilizados nesta modalidade de teletrabalho são o telefone celular e o laptop. Os atuais sistemas de envio e recepção de voz, imagem e som possibilitam aos profissionais de diversas áreas atuarem neste segmento. Médicos,

dentistas, engenheiros, entre outros, podem ser contatados a qualquer momento para solução de problemas.

- **Centros de Trabalho a distância:** criados e equipados por empresas privadas, em locais afastados da empresa e cliente final, onde equipes prestam serviços diversos, remotamente, utilizando-se de meios eletrônicos e telecomputativos, a empresas variadas. Os objetivos dos Centros de teletrabalho a distância são os de manter, dentro das áreas rurais, os jovens trabalhadores que nelas residem, além de dar a estes a oportunidade de domínio de novas tecnologias. Estes telecentros visam a minimizar o êxodo rural e o desemprego e a estabelecer uma nova fonte de renda para as cidades que os adotam.

4.2 Aspectos Positivos e Negativos do Teletrabalho

Uma vez definido o teletrabalho e a sua classificação, deve-se verificar quais as suas implicações na sociedade, empresa e para o empregado. Em uma primeira análise, ressaltam-se os pontos positivos de sua adoção, entretanto é importante salientar os aspectos negativos, para a identificação criteriosa do real benefício no seu emprego.

Em princípio, buscam-se novas formas de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade, reduzindo-se custos. Podemos citar Ford que, com sua forma de trabalho segmentada (produção em linha), procurou aumentar a produção com o mesmo número de funcionários, reduzindo, assim, os custos.

As tabelas 7 e 8 condensam as análises de Serra [SERRA,1999], Silva [SILVA,1999] e Mendes [MENDES, 1999] quanto às vantagens e desvantagens, respectivamente, do uso do teletrabalho nas ópticas do empregador, empregado e sociedade.

Tabela 7 - Aspectos positivos do teletrabalho

| Aspectos Positivos do Teletrabalho | | |
|--|--|---|
| Para o Empregador | Para o Empregado | Para a sociedade |
| Redução das despesas gerais com pessoal de apoio, equipamentos, mobiliário e, em especial, com o prédio físico que normalmente se localiza nas zonas urbanas onde o espaço é muito caro; | Maior flexibilidade geográfica, poupando tempo e esforços. | Menor congestionamento nas grandes cidades |
| Acesso à mão-de-obra experiente e/ou qualificada sem que tenha a necessidade de proximidade física; | Redução no tempo de deslocamento do trabalhador para o local de trabalho, extinguindo praticamente as inconveniências do trânsito e os custos decorrentes. | Decréscimo significativo na poluição por agentes químicos do petróleo, bem como no seu consumo e conseqüente otimização na reorganização das cidades. |
| Força de trabalho mais flexível e estável. | Possibilidade de se assumirem como patrões de si mesmos. | Menores investimentos e projetos para recuperação e manutenção da rede viária, bem como sobre a fluência do trânsito. |
| Extinção de atrasos ou faltas do empregado, causados por contingências no trânsito ou problemas pessoais. | Maior ligação à família | Uma distribuição mais equilibrada das receitas obtidas pelos impostos, para suportar os serviços públicos e as suas infra-estruturas. |
| Redução de doenças provenientes do contato entre trabalhadores como gripe, viroses e doenças oriundas do stress e poluição. | Melhor qualidade de vida | Colocação de pessoas com deficiências físicas ou condições tais que as impossibilitem de entrar no mercado de trabalho convencional |
| Redução de gastos com transporte e manutenção dos veículos contratados. | Possibilidade de aquisição de residência em locais fora do centro urbano reduzindo os custos de moradia | Criação de novas formas de atividades que se possam valer das novas tecnologias |
| Maior objetividade nas reuniões de equipe. | assuntos relacionados com a maternidade resultam em menores períodos de inatividade | Maior oferta de trabalho em lugares menos favorecidos pela infra-estrutura industrial |
| Redução de encargos fixos originados pela presença física do empregado. | Aumento da produtividade e realização profissional, gerado pela autonomia | Redução na demanda por transportes públicos |
| Maximização dos resultados por maior concentração no trabalho, devido à flexibilização dos horários. | Melhorias acentuadas na qualidade de vida tanto do ponto de vista econômico quanto da saúde mental e física | Melhor qualidade de vida para a população por meio de mecanismos como o ensino à distância, médico virtual, compras pela Internet, etc |
| Possibilidade de aplicação de formas diferentes de prestação de serviço tais como trabalho compartilhado. | A possibilidade de subcontratar membros da família contribuindo para aumento da produtividade | |
| Introdução e utilização de novas tecnologias | | |

Apesar da grande quantidade de pontos positivos descritos, não podemos ficar eufóricos com a impressão de estar, no teletrabalho, a solução para o problema de emprego das próximas gerações. É importante considerar a possibilidade de

que nem todos os trabalhadores estão aptos a tornar-se teletrabalhadores. Se a implantação do teletrabalho não for feita com critério, os aspectos positivos, ora levantados, perderão sua força, podendo até tornar-se destrutivos. Portanto, o levantamento e a análise dos aspectos negativos servem para a reflexão e o planejamento adequado quando se decide por sua adoção.

Tabela 8 - Aspectos Negativos do Teletrabalho

| Aspectos Negativos do Teletrabalho | | |
|---|---|---|
| Para o Empregador | Para o Empregado | Para a sociedade |
| Redução do controle da presença e disponibilidade imediata do funcionário | Isolamento social e profissional se o trabalhador não se motivar a atualizar-se e a contatar seus parceiros, presencialmente, sempre que for possível | Redução da demanda por mão-de-obra local devido a possibilidade de o trabalho ser exercido por profissionais de outras localidades |
| Quebra do ambiente coletivo do trabalho | Conflito com a família se não se estabelecerem, previamente e durante a adaptação, regras básicas para a harmonia do trabalho em casa | Exploração de trabalhadores em situações mais vulneráveis tais como mulheres, crianças, pessoas com deficiências, membros de minorias étnicas, etc |
| Maior dificuldade na supervisão do trabalho | Sentimento de falta de vínculo com o empregador caso este não estimule seu teletrabalhador mantendo contato constante e mostrando-lhe sua real importância na estrutura da empresa através de promoções e responsabilidades delegadas | Erosão das estruturas tradicionais de educação e formação profissional, com o aumento da oferta de treinamento e educação a distância |
| Aumento da probabilidade de perda de exclusividade do trabalhador | Uso de disponibilidade integral pelo empregador / parceiros/ clientes, por falta de imposição de limites do emprego | Aumento da distorção social originária da diferença de renda entre teletrabalhadores bem remunerados e bem colocados e os trabalhadores sem qualificação e, portanto, mal remunerados |
| | Perda dos objetivos e negócios por falta de comunicação, seja pela falta de investimento em equipamento adequado, seja por falta de suporte técnico eficiente | |
| | Aumento da probabilidade do uso excessivo de álcool e outras drogas | |

De acordo com a literatura consultada, existe, entre os empresários, uma grande preocupação quanto ao controle das atividades dos teletrabalhadores. O planejamento adequado das atividades a serem exercidas e a cobrança de resultados são apontados como fatores de risco e de difícil gestão. A quebra do

ambiente coletivo do trabalho também merece ser destacada, pois influenciará direta e indiretamente as atividades do teletrabalhador, uma vez que a troca de informações pode ser prejudicada.

Neste ponto, os autores são unânimes em apontar o isolamento social como principal aspecto negativo para o teletrabalhador. Todos apontam para a necessidade, por parte do empregado e da sociedade, da introdução de uma estratégia eficiente para reduzir esse sentimento de solidão. Como atividade a distância, os autores apontam o alto grau de insegurança gerada pela perda do contato com a chefia, reduzindo, assim, a possibilidade de ascensão a melhores cargos dentro do quadro de funcionários. A falta de legislação específica para assegurar os direitos do teletrabalhador já é alvo de preocupação nos EUA, onde existem projetos de lei para regularizar o vínculo entre empresa e empregado.

4.3 Conclusões

Apesar dos poucos itens apresentados, como aspectos negativos para a sociedade, é importante ressaltar que cabe a esta gerenciar esse novo tipo de trabalho, para que seus cidadãos tenham todo o conforto e segurança. Portanto, a criação de uma legislação adequada, capaz de coibir exageros de ambas as partes (teletrabalhador e empresa) será sempre bem-vinda.

Dessa forma, sem o envolvimento de todas as partes no processo, sem uma regulamentação estabelecida e sem uma boa administração do teletrabalho, os problemas levantados tendem a agravar-se, inviabilizando sua aplicação.

5 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Este capítulo enfoca algumas estratégias capazes de promover o aumento da oferta de trabalho e, conseqüentemente, possibilitar o desenvolvimento das cidades. Sua organização está disposta em três partes. A primeira apresenta as estratégias adotadas pelos órgãos oficiais para manter a integridade de suas cidades, conservando o desenvolvimento, a geração de empregos e o bem estar social; a segunda, as principais formas de desenvolvimento já implementadas, traçando uma comparação entre os modelos estudados. Finalmente, na terceira parte, algumas considerações concluem o capítulo.

As cidades cimentam-se na associação de interesses comunitários com a sinergia entre os seus elementos. Seu florescimento é produto da contínua sensação de bem-estar, a qual, se for ameaçada ou não estiver afiançada pelo intercâmbio ambiental, fará com que seus elementos tendam a migrar para locais onde possam estabelecer vínculos, primeiro de sobrevivência, depois de convivência pacífica com o meio.

Se a força da vida pública e os interesses organizacionais impulsionam as dinâmicas sociais, canalizando os esforços dos cidadãos e conformando seus interesses ao progresso de seus municípios, cabe aos seus dirigentes a tarefa de enfatizar e promover o contínuo zelo de sua sociedade, não só com a construção, mas também com a manutenção de suas cidades, buscando estratégias para o desenvolvimento de sua região e a redução dos movimentos de saída de seus elementos economicamente ativos.

5.1 *Estratégias de desenvolvimento*

Promover o desenvolvimento de uma cidade, grande ou pequena, constitui a meta de qualquer governo e o anseio de sua população. Isso exige, acima de tudo, estratégias orientadas para a geração de empregos, uma vez que a população trabalhadora aquece a economia local, o que, por sua vez,

possibilita novos investimentos para atrair mais empresas geradoras de empregos, completando o ciclo de desenvolvimento.

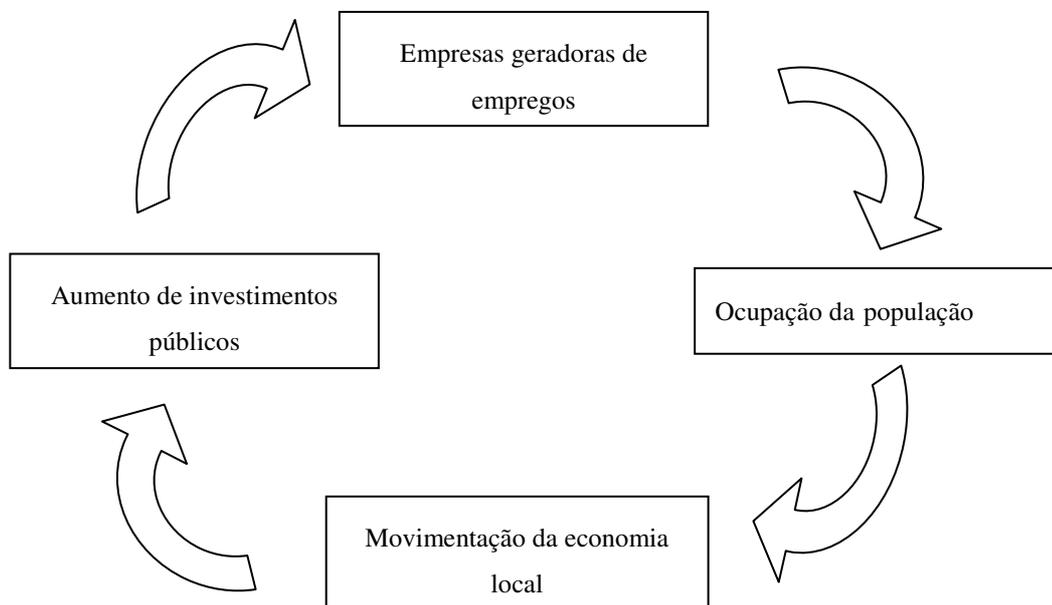


Figura 1 - Ciclo de desenvolvimento

As estratégias as quais o governo recorre com mais freqüência e que normalmente respondem com saldos positivos, porém condicionados à sazonalidade e investimentos pesados por parte da cidade, são a criação de pólos industriais, agroindustriais e turísticos.

Incentivos fiscais e a redução ou isenção temporária da carga tributária são artifícios que atraem os empresários com seus investimentos e indústrias. No Brasil, é muito comum presenciar-se na mídia a disputa dos estados, aliciando complexos industriais para reduzir o nível de desemprego, o que acaba prejudicando as empresas locais, já que elas, além de não terem direito aos mesmos privilégios, ainda precisam lutar contra uma concorrência desleal.

Para a criação de pólos industriais, o município procura empresas interessadas na construção de fábricas de bens de capital e consumo. As prefeituras cedem o terreno e isentam-nas de impostos e taxas municipais, tais como IPTU (Imposto Territorial e Urbano) e ISS (Imposto Sobre Serviços); já no âmbito estadual, o ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias) é o mais utilizado como incentivo, e se a empresa interessada for uma multinacional, até

mesmo alguns impostos federais entram no rol de isenções. Estruturas como essas podem ainda exigir altos investimentos da administração pública, em uma malha rodo-ferroviária e/ou portuária para o escoamento da produção, o que compromete sobremaneira, o erário.

Na formação de um pólo agro-industrial são utilizados os mesmos artifícios do pólo industrial, entretanto, soma-se a eles a cessão de terras para a exploração agro-pecuária pertinente eliminando, assim, o pequeno agricultor ou pecuarista que passa a ser empregado da indústria ou dos latifúndios formados.

Por outro lado, os investimentos para a criação de um pólo turístico baseiam-se na exploração das riquezas naturais da região e/ou na criação de atrações turísticas. Esta estratégia prevê a construção de hotéis, restaurantes e toda a infra-estrutura necessária ao atendimento adequado do turista. O sucesso dessa estratégia depende, porém, da localização da área em questão. Em geral, o governo isenta os empresários dos impostos e financia seus investimentos com juros subsidiados. Assim, os investimentos na malha rodoviária, para acesso dos turistas, continuam existindo, e os gastos com marketing acabam sendo constantes.

No Brasil, não se ouve falar no desenvolvimento de pólos de serviços, cuja característica é a exploração da prestação de serviços para empresas situadas em outros municípios, estados ou país. Um exemplo de pólo de serviço pode ser visto na cidade de Bangalore, na Índia, onde empresas como Ericsson, Microsoft, Sony, Sansung, Motorola, entre outras, utilizam os serviços de desenvolvimento de software [SACHS, 2001].

Um outro dado importante é que a adoção de uma estratégia orientada para a prestação de serviços, utilizando o teletrabalho como estrutura, exige investimentos concentrados principalmente em telecomunicações, educação e treinamento cujos valores são substancialmente menores do que os exigidos na criação de pólos turísticos, industriais e agroindustriais. Além disso, os gastos com marketing são reduzidos, e o escoamento da produção acontece pelos meios de telecomunicação, os quais são mais baratos que as estradas, ferrovias ou portos. Por outro lado, a arrecadação de impostos está salva, uma

vez que não existe a necessidade de sua isenção, e sim uma política de parceria com as empresas privadas e públicas.

5.2 Pólos Industrial x AgroIndustrial x Turístico x Serviços

As alternativas para o desenvolvimento das cidades, apresentadas anteriormente, mostram os caminhos básicos que podem ser tomados; no entanto, não apresentam suas fragilidades.

A adoção de uma estratégia orientada para o desenvolvimento industrial traz consigo alguns riscos, entre os quais a negação da transferência de tecnologia exclusiva das empresas, o fechamento da empresa ou a queda da produção devido a modificações na estrutura política e econômica do país, ou da matriz, quando se fala de multinacional.

O fechamento de uma indústria gera, além do desemprego de sua mão-de-obra direta, a possibilidade do fechamento das empresas de apoio ali instaladas. Como exemplo recente, temos o anúncio do fechamento da fábrica da Chrysler, na cidade de Campo Largo - PR. Referindo-se a este fato, o editorial do jornal O Estado de São Paulo, de 07 de setembro de 2001, apresenta o seguinte texto:

“...Chrysler ter anunciado que vai fechar a fábrica de Campo Largo, no Paraná, que já estava com a produção suspensa desde abril. Essa unidade, que produzia a picape Dakota, recebera substanciais incentivos fiscais, dos governos estadual e municipal, para instalar-se em julho de 1998. Sua desativação pode resultar no fechamento da Dana - que se instalou ao lado da Chrysler para lhe fornecer chassis - e da Tritex - que fabrica motores para exportação, em conjunto com a BMW. Além de serem demitidos, de imediato, cerca de 190 funcionários da Chrysler que estavam de licença, o fim das atividades dessa unidade industrial tem conseqüências recessivas muito mais amplas para a região, atingindo fornecedores e a rede de concessionários - com os quais a multinacional negocia o pagamento de indenizações.”

Decisões da administração central, semelhantes à apresentada acima, em que se busca a realocação de unidades produtivas na procura por mão-de-obra mais barata ou não sindicalizada, levaram a decadência urbana de algumas cidades localizadas no norte dos Estados Unidos. [Morgan, 1996]

Nas cidades onde existe uma grande concentração de indústrias, a ameaça de extinção de qualquer de suas unidades industriais importantes pode gerar protestos dos sindicatos e afins, com o intuito de proteger os interesses dos operários e se, apesar disso, não houver consenso, os trabalhadores têm a possibilidade de encontrar trabalho não muito longe de sua morada. Em contrapartida, numa cidade pequena, o fechamento de uma fábrica pode tomar proporções desoladoras, sem novos horizontes nem compensações, ou, como nas palavras de Morgan, “... *fechar uma fábrica importante pode retirar o fluxo econômico e vital da comunidade.*” [Morgan, 1996]

No caso de Campo Largo o fechamento da Chrysler gerou:

- Aumento do índice de desemprego;
- Queda na economia da cidade;
- Dificuldade na recolocação dos trabalhadores demitidos;
- Êxodo gerado pela especialização da mão-de-obra local.

O exemplo citado apresenta a fragilidade do desenvolvimento de pólos industriais, principalmente se forem assentados utilizando empresas multinacionais como elementos de sustentação. Morgan enfatiza “*A ironia mais amarga é que freqüentemente tais decisões são tomadas não devido ao fato de que determinada fábrica ou conjunto de operações se tenham tornado não rentáveis, mas porque a corporação acredita que é possível atingir um lucro ainda maior em outro lugar.*”.[Morgan, 1996]

Uma outra possibilidade é o desenvolvimento por meio de pólos agroindustriais que traz consigo a mecanização do processo agropecuário e a produção, pelas empresas que ali se instalam, de itens voltados para a liquidez imediata que, muitas vezes, não são apropriados aos propósitos locais. A

mecanização da agricultura reduz a necessidade de mão-de-obra e não favorece as expectativas de diminuição dos índices de desemprego.

A substituição da agricultura local por culturas específicas, em geral orientadas à exportação, faz com que a produção de alimentos se torne escassa e contribua para o aumento do custo de vida e a redução do poder aquisitivo da população residente.

Já a estratégia de desenvolvimento por meio de pólos turísticos tem seus riscos em razão de estar à mercê das conjunturas econômicas e sociais, locais e internacionais, pois, como dependem do afluxo de turistas, no período de baixa temporada muitos trabalhadores ficam desempregados e a economia da cidade reduz-se consideravelmente. A queda na atividade econômica do país, o aumento do nível de desemprego e/ou simplesmente a flutuação da moeda local ante o dólar também afetam diretamente a manutenção do nível de emprego e da atividade econômica da cidade.

Um exemplo recente desse fato foram os problemas ocasionados pela crise econômica na Argentina, que reduziu o afluxo de turistas deste país às cidades litorâneas brasileiras. O caderno de Economia do jornal O Estado de São Paulo, de 29 de dezembro de 2001, apresenta o fato da seguinte forma:

“Turismo em Santa Catarina sofre com crise Argentina

Florianópolis - Pela primeira vez em 15 anos a língua mais falada neste verão em Canasvieiras, uma das mais belas praias de Florianópolis, em Santa Catarina, é o português. Os argentinos, que nesta época invadem o litoral e fazem dessa praia seu principal reduto, ainda não apareceram. Se vierem, a previsão é de que sejam em número bem menor e com menos dinheiro que de costume. A Santa Catarina Turismo (Santur), estatal que administra o setor, prevê queda de 30% no número de 568.663 turistas estrangeiros - 80% deles argentinos - que visitaram o Estado no verão do ano passado...

... As grandes operadoras já devolveram parte das 387 reservas de vôos charter feitas para o período...

...Além do litoral catarinense, serão afetados os balneários de Búzios (RJ), Salvador (BA) e Maceió (AL), destinos mais procurados...

...O governo de Santa Catarina está investindo R\$ 600 mil, em parceria com a Embratur e a iniciativa privada, em propaganda para atrair o turista brasileiro...

...A tentativa de reduzir os efeitos da crise argentina sobre a economia do Estado foi considerada emergencial. No último verão, os turistas estrangeiros gastaram US\$ 190,8 milhões...”

A notícia é desalentadora para as cidades que dependem diretamente do turista argentino. Observa-se, com este exemplo, a fraqueza do pólo turístico, que fica à mercê das situações econômicas internas e externas.

Contudo, a adoção de uma estratégia de desenvolvimento orientada para o ramo de serviços, utilizando o teletrabalho como base de sustentação, possibilita a atualização tecnológica constante e o domínio, por parte da população, desta tecnologia; além do mais, existe a flexibilidade da localização de empresas para a prestação dos serviços que podem estar em outros centros urbanos ou países.

O risco da redução da atividade econômica é mínimo uma vez que não há perda significativa de empregos com o fechamento de determinada empresa. Gates observa *“Por poderem encontrar mais trabalho pela Internet e realizá-lo à distância, essas pessoas irão ter novas oportunidades, ao mesmo tempo em que a sociedade se beneficiará com a melhor utilização desse imenso fundo de talentos”*. [GATES, 1999]

A possibilidade da execução de serviços para empresas sediadas em outros países é um fator importante, tendo em vista a entrada de recursos em dólares, ajudando o equilíbrio da balança comercial do país e ativando significativamente a economia local.

Tomemos como exemplo o caso da Índia onde, em 2000, o desenvolvimento de software, de serviços informáticos e de teletrabalho empregou 410 mil pessoas, proporcionando um faturamento de mais de U\$ 8 bilhões. [SACHS, 2001]

5.3 Conclusões

Diante dos casos apresentados, pode-se concluir que o desenvolvimento de pólos de serviços em regiões distantes dos grandes centros comerciais e industriais é uma alternativa apropriada, tendo em vista a flexibilidade e os baixos custos envolvidos. A adoção do teletrabalho nestes pólos de serviços é indispensável para que o sucesso seja alcançado. No entanto, cabe lembrar que somente com investimentos em educação e domínio tecnológico o resultado almejado poderá ser atingido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fixação do trabalhador em sua cidade de origem é de vital importância para manter ativa a economia da cidade, evitar o envelhecimento da cidade e melhorar a distribuição populacional, reduzindo o fluxo de pessoas para os grandes centros urbanos.

Proporcionar à população segurança, oportunidades de emprego, opções de lazer, possibilidade de ascensão social e cultural e domínio tecnológico evita o êxodo, aumenta a sua auto-estima e o desenvolvimento intelectual.

Atualmente três estratégias básicas são utilizadas para o desenvolvimento das cidades do interior: o desenvolvimento de pólos industriais, agroindustriais e turísticos.

O desenvolvimento de pólos industriais tem como principais desvantagens o domínio da indústria ali instalada sobre a geração de empregos, necessidade da criação de condições especiais, em geral incentivos fiscais para atrair indústrias, e altos investimentos nas malhas de comunicação rodo-ferroviária e/ou portuária para o escoamento da produção. Essas desvantagens podem ser somadas ao longo tempo de retorno dos investimentos do Governo, devido à perda de arrecadação oriunda dos incentivos fiscais e ao tempo necessário para a ativação das indústrias e, conseqüentemente, da economia local e geração de empregos.

A criação de pólos agroindustriais contempla a exploração das terras locais pelos grandes latifúndios e a produção de itens de liquidez imediata, o que, muitas vezes, não é o enfoque da região, pois, na busca de alta produtividade, mecaniza a lavoura eliminando grande parte da mão-de-obra e os pequenos produtores. Além disso, exige do Governo isenção de impostos e investimentos na abertura ou ampliação das malhas rodo-ferroviárias para o escoamento da produção.

O desenvolvimento de pólos turísticos tem como principais desvantagens a sazonalidade, na necessidade de mão-de-obra, alta dependência das conjunturas econômicas e sociais nacionais e internacionais, necessidade de

incentivos fiscais que atraem investidores para o turismo, dependência dos recursos naturais e/ou criação de atrações turísticas.

A estratégia do desenvolvimento de uma cidade orientada a serviços, utilizando o teletrabalho, apresenta vantagens sobre as anteriores tendo em vista que **não** necessita de grandes investimentos, sendo estes basicamente nas áreas de educação e telecomunicações; **não** depende de uma empresa na geração de empregos, pois o trabalho pode ser executado a distância; **não** depende das conjunturas econômicas e sociais; é de fácil implantação, o que gera resultados em curto prazo; **não** depende de localização física, pois pode ser instalada em qualquer região do país paralelamente com as demais atividades.

O teletrabalho, como forma de trabalho a distância, permite o desenvolvimento de atividades utilizando os recursos das tecnologias da informação e comunicação. Traz, como principais vantagens o domínio de novas tecnologias, a não necessidade da presença física do trabalhador na sede da empresa e permite o trabalho para empresas localizadas em outros países, aumentando a oferta de empregos.

Diante do exposto, aliado a necessidade do aumento da riqueza do país que, atualmente, é medida pelo domínio das tecnologias da informação, pode-se dizer que a criação de cidades orientada para serviços, utilizando o teletrabalho, é uma opção viável e mais vantajosa para o desenvolvimento econômico das cidades do interior.

Com o desenvolvimento econômico da cidade atingem-se os objetivos propostos para a fixação do trabalhador em sua cidade de origem. O aumento da atividade econômica cria uma oferta maior de empregos nas áreas comerciais e de serviços locais, aumentando assim a geração de receita para o Governo local. Este, por sua vez, deve investi-la em atividades sócio culturais para minimizar o efeito do isolamento do teletrabalhador.

Para pertencerem ao quadro da Sociedade da Informação, os países precisam dominar as tecnologias da informação. O desenvolvimento do que podemos chamar de "*Cidades Digitais*" concorre diretamente para o domínio da tecnologia, além da solução dos problemas de ordem social tais como: geração

de empregos, melhor distribuição da população, melhoria na qualidade de vida do cidadão e desenvolvimento das regiões menos favorecidas do país.

Com o desenvolvimento das cidades do interior é possível imaginar uma inversão no sentido das migrações em que a população dos grandes centros urbanos passam a migrar para as cidades do interior na busca de melhor qualidade de vida sem deixar seu emprego ou padrão conquistado.

Como construir as “*Cidades Digitais*”?; quais os recursos e técnicas a serem utilizadas para a preparação da população?; quais as melhores fontes de serviços, e como buscá-los fora do país são algumas questões que ficam em aberto para trabalhos futuros.

Somente a título de reflexão e viabilidade, o IBGE acumulou uma grande quantidade de papel com o levantamento do censo 2000 e, para avaliar os dados neles contidos, contratou um grupo de digitadores que inseriram os conteúdos no seu banco de dados. Se o instituto enviasse o trabalho de digitação para a população de Alto Alegre, estaria favorecendo o desenvolvimento da cidade com a injeção de capital externo, reduzindo a migração e solucionado seu problema social.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [CONSELHO EUROPEU, 1994] Conselho Europeu de Corfu24 – 25/06/1994.
Conclusões da Presidência.
- [DRUCKER, 1999] DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós-capitalista*. Trad. Nivaldo Montigelli Jr.. São Paulo: Pioneira, 1999. 229 p.
- [GATES, 1999] GATES, Bill. *A empresa na velocidade do pensamento com um sistema nervoso digital*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999. 444 p.
- [GORDON, 2000] GORDON, Gil. *Administration and General Information FAQ - Gil Gordon/Telecommuting*
<http://www.gilgordon.com/telecommuting/adminfaq/admin01.htm> acessado em 18/08/2000
- [JALA, 2000] JALA International, Inc. acessado em 13/08/2000
<http://www.jala.com/publicat.htm>.
- [MCT-BR, 2000] MCT-BR, Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde – 2000.
Disponível no site http://www.socinfo.org.br/livro_verde/index.htm.
- [MCT-PT, 1999] MCT-PT, Livro Branco do desenvolvimento científico e tecnológico português -1999. Disponível no site <http://www.mct.pt/Livro-BrancoCT/>
- [MELLO, 2000] MELLO, Alvaro. *Telecommuting: A alternativa de trabalho flexível para a era de informações*. <http://www.kmpress.com.br/porfeb03.htm> acessado em 25/07/2000
- [MENDES, 1999] Mendes, Fernando *Teletrabalho e suas implicações* .
<http://www.api.pt/eni96/encontro.net/papers/com-14.htm> acessado em 31/10/1999
- [MORGAN, 1996] Morgan, Gareth, *Imagens da organização*. São Paulo, Atlas , 1996
- [MSI, 1997] MSI, Livro Verde para a Sociedade da Informação - 1997. Disponível no site <http://www.cisi.mct.pt/ficheiros/si/docsProg/fsidp004.pdf>.
- [NASA, 2001]NASA, Echo1,1A,2 Quicklook acessado em 19/11/2001
<http://leonardo.jpl.nasa.gov/msl/browse/quicklook/indexE.html>
- [NII, 2001] NII, U.S. National Information Infrastructure Virtual Library acessado em 08/09/2001. <http://nii.nist.gov>

- [NILLES, 1999] NILLES, Jack M. The olympics, Jakarta traffic, and telework.
Acessado em 02/11/1999. <http://www.pacific.net.id/pakar/jmnilles/olympics.htm>
- [NILLES, 1997] NILLES, Jack M. *Fazendo do teletrabalho uma realidade*. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira – São Paulo: Futura, 1997
- [RICHARD & GIBBS, 1995] RICHARD, Smith J. & GIBBS, Mark. *Navegando na Internet*. Trad. Amir Kurban. São Paulo: Berkley, 1995. 638 p.
- [RODRIGUES, 1996] Rodrigues, Jorge Nascimento ,
<http://www.janelanaweb.com/gurus/nilles.html> 1996.
- [SERRA, 1999] SERRA, Paulo - *O Teletrabalho - Conceitos e Implicações*
http://bocc.ubi.pt/pag/jpserra_teletrabalho.html acessado em 30/10/1999
- [SACHS, 2001] SACHS, Ignacy - *Os países periféricos e a nova economia*. Caderno de Economia Jornal O Estado de São Paulo. 17/09/2001
- [SILVA, 1999] SILVA, Maria Helena Teixeira da. *A difusão do teletrabalho no processo de reestruturação produtiva: uma discussão teórica* .
<http://www.produto.ufrj.br/abepro/enegep96/9/a9002.htm> acessado em 31/10/1999
- [TANENBAUM, 1992] TANENBAUM, Andrew S. . *Organização estruturada de computadores*. Trad. Hélio Marques Sobrinho e Luiz Fernando Costa e Flávia de Castro Mendes Marques. Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil, 1992. 460 p.
- [UNIÃO EUROPÉIA, 97] UNIÃO EUROPÉIA, COM (97) 623. *Livro Verde relativo à convergência dos sectores das telecomunicações, dos meios de comunicação social e das tecnologias da informação e às suas implicações na regulamentação*. Bruxelas, 1997.
- Jornal O Estado de São Paulo, *Uma sempre inglória*. Editorial, 07/09/2001
- Jornal O Estado de São Paulo, *Turismo em Santa Catarina sofre com crise Argentina*. Caderno de Economia 29/12/2000